

Extensão Universitária como Estratégia de Democratização do Ensino Superior: Análise do Cursinho Pré-Vestibular da Unioeste

University Extension as a Strategy for Democratizing Higher Education: An Analysis of Unioeste's University Entrance Exam Preparatory Course

Andriele Caroline Castro da Rosa¹, Berenice Borssoi² e Mateus Marchesan Pires³

1. Mestranda em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE/Unioeste). Pedagoga pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Pedagoga na Unioeste. <https://orcid.org/0009-0007-5198-1258> 2. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Curso de Pedagogia na Unioeste. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior, Formação e Trabalho Docente (GESFORT). <https://orcid.org/0000-0001-7002-5738>.

3. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Estância de investigación doctoral en el Instituto de Geografía (IIGEO) de la Universidad de Buenos Aires. Professor Adjunto no curso de graduação em Pedagogia da Unioeste. Professor do Programa de Pós-graduação em Ensino da Unioeste. Integrante dos grupos de pesquisa EMANCIPAR e Estudos e Pesquisas em Formação e Atuação Docente. <https://orcid.org/0000-0002-9821-4271>

andriele.rosa@unioeste.br e mateus.pires@unioeste.br

Palavras-chave

Cursinho Pré-Vestibular
Democratização
Ensino Superior
Extensão Universitária

Keywords

Democratization
University education
University Extension
University Preparatory Course

Resumo:

O acesso ao ensino superior brasileiro, mesmo com expansão, ainda permanece marcado por desigualdades sociais, econômicas e educacionais, evidenciando a necessidade de estratégias para a democratização das oportunidades de ingresso na universidade. Nesse cenário, a extensão universitária constitui-se espaço de articulação entre universidade e sociedade, especialmente por meio de ações voltadas às populações historicamente afastadas do ensino superior. Neste sentido, o presente artigo buscou analisar o Cursinho Pré-Vestibular da Unioeste enquanto ação de extensão universitária, analisando suas contribuições para a democratização do acesso ao ensino superior. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na concepção de extensão universitária como processo educativo, cultural e científico articulado às demandas sociais. A análise considerou documentos institucionais e produções acadêmicas relacionadas ao Cursinho e à extensão universitária; os resultados demonstraram que o Cursinho Pré-Vestibular da Unioeste se constitui como importante estratégia de enfrentamento às desigualdades educacionais, ao oferecer preparação gratuita para processos seletivos de ingresso no Ensino Superior, prioritariamente a estudantes oriundos da escola pública. Conclui-se que iniciativas dessa natureza possuem potencial para fortalecer a democratização do ensino superior, embora não eliminem, isoladamente, as desigualdades estruturais que condicionam o acesso e a permanência universitária.

Abstract:

Despite its expansion, access to higher education in Brazil remains marked by social, economic, and educational inequalities, highlighting the need for strategies to democratize university admission opportunities. In this context, university extension serves as a space for connecting the university with society, particularly through initiatives aimed at populations historically excluded from higher education. This article analyzes Unioeste's university entrance exam preparatory course as a university extension initiative, examining its contributions to democratizing access to higher education. This is a qualitative, descriptive study based on bibliographic and documentary research, grounded in the concept of university extension as an educational, cultural, and scientific process aligned with social needs. The analysis examined institutional documents and academic works related to the preparatory course and university extension; the results demonstrated that Unioeste's preparatory course serves as a significant strategy for addressing educational inequalities by offering free preparation for higher education entrance exams, primarily to students from public schools. The study concludes that initiatives of this nature have the potential to strengthen the democratization of higher education, although they cannot, on their own, eliminate the structural inequalities that shape access to and retention in university education.

Artigo recebido em: 08.07.2026.
Aprovado para publicação em:
19.08.2026.

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior brasileiro foi constituído historicamente como um espaço de formação destinado às elites econômicas e intelectuais. Inicialmente, durante o período colonial, entre os séculos XVI e XVIII, não havia universidades no Brasil, sendo que a elite colonial enviava seus filhos para cursar esse nível de ensino na Europa. Esse cenário se altera com a chegada da família real no Brasil em 1808, criando as primeiras escolas de Ensino Superior, mas somente em 1920 é fundada a primeira universidade brasileira, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portanto, a organização desse nível de ensino refletiu por muitas décadas as desigualdades sociais presentes e enraizadas na sociedade brasileira, caracterizando-se pela predominância de instituições privadas, pela baixa participação das classes populares nas universidades públicas e por um processo tardio de expansão das instituições públicas de Ensino Superior (Neves; Martins, 2016). Contudo, nas últimas décadas, como destacam os autores:

O crescimento das matrículas é evidente e notável no ensino superior brasileiro, no entanto, revela-se insuficiente quando confrontado à dimensão e às expectativas da população brasileira e em que pese o enorme aumento dos investimentos público e privado nesse nível de ensino. A persistência de enormes desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência no ensino superior segue sendo um desafio urgente a ser enfrentado (Neves; Martins, 2016, p. 118).

Esse panorama apontado pelos autores do crescimento das matrículas no Ensino Superior refere-se especialmente a última década, período marcado pela ampla expansão e democratização do Ensino Superior. Todavia, atualmente ainda existe uma enorme lacuna de acesso e permanência dos jovens a esse nível de ensino, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE) e levantamentos consolidados pelo INEP, apenas cerca de 23,7% da população entre 25 e 34 anos possui diploma de nível superior no país, taxa significativamente abaixo da média diante da taxa de 49% nos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (APUFSC, 2024).

Esse panorama aponta a persistência da desigualdade de acesso, embora políticas como a Lei de Cotas façam parte da luta pela democratização do ingresso na rede pública, a concentração se mantém nos estratos da população com maior renda ainda e que tem acesso aos cursos de maior concorrência e prestígio social. Nisto perpetua-se um fenômeno antigo no acesso às universidades, que é predominado por classes médias e altas, elitizadas, brancas e que frequentou escola privada, como aponta Almeida (Jornal da USP, 2021).

Essa configuração histórica evidencia que o acesso à universidade sempre esteve relacionado às condições econômicas, sociais e culturais dos sujeitos. Mesmo com a ampliação das matrículas nas últimas décadas e com a implementação de políticas públicas voltadas à expansão do Ensino Superior, as desigualdades de acesso e permanência continuam sendo uma realidade por estar vinculada à formação dessas instituições, como aponta Darcy Ribeiro (1969), na obra “A universidade necessária”:

[a universidade] em lugar de criar, se dedicou preferentemente a preservar o que já estava criado. E pior ainda, em alguns casos se opôs à criação de novos valores ou descobrimentos de novas verdades; recusou-se a dialogar e a discutir, para não comprometer o “tesouro” de que se autoneomeia defensora e guardiã. Com a nova obrigação de formar elites baseadas no mérito e no valor individual, que substituíssem àquela outra elite baseada em direitos hereditários ou outorgados como favor real e divino, a Universidade foi clausurando suas portas, encerrando-se em si mesma, tornando-se anacrônica por sua preocupação exclusiva de transmitir a cultura “oficial” dominante, a qual, por definição, teria que desconhecer todo o

progresso imediato e recusar toda renovação de base, desde que se destinava a preservar e a transmitir as verdades e os valores “oficiais” dominantes, que a financiam e a sustentam (RIBEIRO, 1969, p. 216).

Nesse contexto, o autor esclarece que a desigualdade no acesso ao ensino superior não se produz exclusivamente no momento do ingresso universitário, mas está relacionada às condições sociais que antecedem essa etapa. Ribeiro (1969), nesta década, já pontuava o caráter historicamente elitista da universidade brasileira, cuja organização teria contribuído para restringir o acesso de determinados grupos sociais. Ao analisar essa estrutura, afirma que: “Hoje, a permanência desse caráter é um crime contra o povo e contra a nação, pelo que representa de impedimento à expansão e ao desenvolvimento da sociedade brasileira” (RIBEIRO, 1969, p. 217).

Essa análise permite compreender, portanto, que a democratização do Ensino Superior não pode ser reduzida apenas à ampliação formal das vagas, mas é fulcral considerar as condições históricas e sociais que produzem diferentes possibilidades de preparação e acesso à universidade para estudantes oriundos da classe trabalhadora. Portanto, a constituição e implementação de políticas e ações voltadas a estudantes das camadas populares pode ser um dos mecanismos de enfrentamento, ainda que parciais, às desigualdades que atravessam suas trajetórias educacionais.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que as universidades brasileiras devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo esses três pilares como constitutivos da função social da universidade (BRASIL, 1988). Entende-se que a universidade pública não pode se restringir apenas à formação técnica/profissional, mas assumir o compromisso de produzir conhecimento socialmente referenciado e estabelecer diálogo permanente com a comunidade na qual está inserida.

É nesse contexto que a extensão universitária ocupa posição estratégica ao promover a interação entre universidade e sociedade. Calderón *et al.* (2003) argumentam que a extensão não pode ser compreendida como uma relação unilateral, na qual

Aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da Universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a Universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a Universidade elabora. Entretanto, para que a Universidade se insira efetivamente na sociedade de modo consequente, é necessário que se considere a mão inversa também (CALDERÓN, *et al.* 2003, p. 37).

Compreende-se, assim, que a extensão pode constituir um espaço de diálogo entre diferentes saberes e de vinculação da atuação da universidade com as necessidades da população. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva formulada por Paulo Freire, que concebe a *extensão* como *comunicação*, para quem a educação constitui uma prática política e social, vinculada à participação dos sujeitos e à compreensão crítica da realidade (Freire, 1967). Para o autor, portanto, democratizar a educação significa criar condições para que os sujeitos participem criticamente da construção da sociedade, considerando que:

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa in experiência democrática, alimentando-a (Freire, 1967, p. 93).

Entre as ações extensionistas que podem contribuir para esse processo, destacam-se os cursinhos pré-vestibulares populares, que articulam a preparação para os processos seletivos, aproximando a universidade, a comunidade e a formação dos estudantes envolvidos. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Foz do Iguaçu, o Projeto Cursinho Pré-Vestibular, foi criado no ano de 2005, desenvolvendo atividades voltadas a estudantes da rede pública de educação básica, buscando ampliar suas possibilidades de ingresso no Ensino Superior por meio de ações de intervenção pedagógica nas diversas áreas do conhecimento, e, simultaneamente, proporcionando a experiência de iniciação à docência para acadêmicos de diferentes cursos da instituição que desempenham a função de professores, acompanhados por docentes da instituição que supervisionam as áreas.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo apresentar uma breve revisão das contribuições da extensão universitária para a democratização do Ensino Superior a partir da análise do Projeto Cursinho Pré-Vestibular da UNIOESTE, pontuando suas contribuições como campo fecundo de articulação entre a universidade e comunidade, configurando-se como uma estratégia de fortalecimento da função social da universidade pública.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este artigo apresenta alguns resultados do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "*A extensão universitária como estratégia de democratização do ensino superior: uma análise do Cursinho Pré-Vestibular da UNIOESTE*", desenvolvido no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Foz do Iguaçu. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada pelo método do Materialismo Histórico-Dialético como perspectiva teórico-metodológica de análise da realidade social. A opção por esse método fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos educacionais são produzidos historicamente nas relações sociais e devem ser analisados em sua totalidade, considerando as contradições, mediações e transformações que constituem a sociedade (Cury, 1985). Logo, a democratização do ensino superior e a extensão universitária são compreendidas como processos históricos vinculados às disputas em torno do direito à educação e da função social da universidade pública.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento e análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos normativos que discutem a democratização do ensino superior, a educação popular, a universidade pública e a extensão universitária. Esse procedimento possibilitou a construção do referencial teórico que sustenta a análise do objeto investigado, com destaque para as contribuições de Paulo Freire (1967; 2017), Darcy Ribeiro (1969), Calderón et al. (2003; 2011), Santos Júnior (2013) e da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Complementarmente, desenvolveu-se pesquisa documental com base em documentos institucionais do Projeto Cursinho Pré-Vestibular da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu. Foram analisados os editais de funcionamento da edição de 2026, materiais institucionais de divulgação, documentos pedagógicos e informações referentes à organização didático-pedagógica do projeto, buscando identificar seus objetivos, público-alvo, estrutura de funcionamento e princípios orientadores da ação extensionista (UNIOESTE, 2025; UNIOESTE, 2026a; UNIOESTE, 2026b).

A análise dos documentos foi realizada de forma interpretativa, articulando os dados documentais às categorias analíticas da democratização do ensino superior e da extensão universitária. Nesse processo, buscou-se compreender como a experiência do Cursinho Pré-Vestibular materializa os princípios da Política Nacional de Extensão Universitária, especialmente no que se refere à interação dialógica, à indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão, ao impacto na formação dos estudantes universitários e à transformação social promovida pela relação entre universidade e comunidade (FORPROEX, 2012).

CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR COMO AÇÃO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O processo de democratização da educação no Brasil iniciou-se nas décadas de 1970-80, culminando com a promulgação da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, em 1996, em um contexto de redemocratização e reorganização das políticas sociais brasileiras. Sobre a democratização da educação, neste texto coaduna-se com a compreensão de Lemus (2010), sendo que

Ela tem sido identificada com o acesso universal e gratuito em todos os níveis educativos (desde o pré-escolar até a educação superior). Por volta da década de noventa do século passado e nos anos transcorridos deste século, a democratização da educação, se bem se refere ao acesso universal e a sua gratuidade, tem um sentido que extrapola essa concepção. Neste momento, alude mais à disputa por sua condução, mas uma disputa para resistir aos processos que têm caracterizado as políticas educativas privatizadoras; e o transcendental é que tem transitado para a construção de uma educação alternativa, para a emancipação, uma educação pública cujo sentido seja a justiça social, diversa, multicultural, autônoma, inclusiva, solidária, crítica, científica, fundamental na construção de identidade nacional e defesa da soberania dos povos (Lemus, 2010, p. 1).

Assim, entendemos que a democratização da educação superior é um processo histórico construído por meio das lutas sociais em defesa da educação pública, sobretudo com a finalidade de viabilizar o acesso às instituições de Ensino Superior, pelas classes populares, alunos da rede pública, filhos da classe trabalhadora e, portanto, classe trabalhadora em si. Contudo, democratizar o Ensino Superior significa garantir não apenas o ingresso dos estudantes nas instituições, mas criar efetivas condições de permanência e participação na universidade. Como aponta Freire (1967), é necessário promover o acesso a uma “educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica” (Freire, 1967, p. 106).

Nesse sentido, a oportunidade de acesso ao ensino superior requer ações capazes de enfrentar, ainda que parcialmente, as desigualdades que antecedem o ingresso ao meio universitário. Para Ribeiro (1969), uma política democratizadora do ensino pode contribuir para compensar essas deformações estruturais, enquanto orientações opostas tendem a aprofundar o caráter desigualitário da sociedade (Ribeiro, 1969, p. 137). Tal perspectiva permite compreender a importância de iniciativas que criem condições adicionais de preparação para estudantes historicamente desfavorecidos no acesso à universidade, como os cursinhos pré-vestibulares populares, oferecidos através de projetos de extensão em diversas universidades brasileiras.

Os chamados cursinhos populares surgem efetivamente a partir da década de 1990, segundo Pereira *et al.* (2010), foi com a experiência do pré-vestibular para negros e carentes (PVNC), no Rio de Janeiro, que se iniciaram essas experiências. Historicamente quatro fases dos cursinhos populares são indicadas pelos autores, sendo elas:

- 1) na década de 1950, por meio da junção dos cursinhos da Faculdade Politécnica da USP e do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira, da USP de São Carlos; 2) durante a ditadura militar (1964-1985), com algumas experiências advindas de movimentos da teologia da libertação (“esquerda católica”); 3) décadas de 1980 e 1990, onde os cursinhos surgem a partir dos chamados “novos movimentos sociais”, principalmente dentro de universidades públicas e/ou com apoio de administrações progressistas; 4) dé-

cada de 1990 em diante, onde os cursinhos se vinculam a diversos movimentos comunitários, sendo um “encontro” com as práticas de educação popular presentes nas fases anteriores. Dessa forma, o trabalho desenvolvido pelos cursinhos populares acontece por meio de um “duplo movimento”, onde a preparação para as provas do vestibular acontece junto com discussões críticas sobre a realidade social e, até mesmo, sobre o próprio processo seletivo do vestibular (Pereira et al, 2010, p.88).

Constata-se que os cursinhos populares surgem de iniciativas no âmbito das universidades públicas, promovendo discussões sobre a realidade educacional brasileira e a democratização do acesso ao Ensino Superior. Entre os caminhos para a viabilização desses projetos, destacam-se as ações de extensão universitária. Essa modalidade encontra seus marcos iniciais na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio fundante das universidades no país (Brasil, 1988). Sob essa perspectiva, Calderón *et al.* (2011) definem a extensão universitária como elo entre universidade e comunidade, permitindo que conhecimentos científicos dialoguem com saberes produzidos socialmente.

Uma das missões clássicas da extensão é a difusão social do conhecimento produzido na pesquisa e cotejado no ensino. Sem prejuízo da importância das demais componentes do tripé da vida universitária, a extensão é a principal esfera por meio da qual a comunidade se relaciona com a instituição universitária (Calderón et al. 2011, p. 78).

Como resultado desse processo, a extensão universitária fortalece a democratização do ensino superior ao ampliar o alcance das universidades públicas para além de seus espaços físicos, estabelecendo vínculos permanentes com diferentes segmentos da sociedade e contribuindo para a formação acadêmica, profissional e cidadã dos sujeitos envolvidos.

PROJETO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR DA UNIOESTE – CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU

O Cursinho Pré-Vestibular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Foz do Iguaçu, foi criado no ano de 2005, sendo concebido como uma ação extensionista voltada à democratização do acesso à universidade para estudantes iguaçuenses. Vinculado ao Programa *Ser Mais UNIOESTE*, o projeto oferece gratuitamente preparação para estudantes que cursaram ou estão concluindo o Ensino Médio em escolas públicas, tendo como finalidade ampliar as possibilidades de ingresso desses sujeitos na educação superior pública (UNIOESTE, 2026a).

Atualmente, na edição de 2026, o projeto ampliou sua atuação ao ofertar turmas em dois espaços de formação: no Campus da UNIOESTE, com 160 vagas, e no Centro da Juventude (CEJU), em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude e Melhor Idade, com 80 vagas. As aulas são realizadas aos sábados, em fluxo contínuo de preenchimento das vagas, contemplando estudantes da rede pública de Foz do Iguaçu e região (UNIOESTE, 2026a; UNIOESTE, 2026b).

A estrutura curricular do cursinho contempla as diferentes áreas do conhecimento presentes nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior, como vestibulares e ENEM, incluindo Matemática, Física, Química, História, Geografia, Biologia, Sociologia, Filosofia, Redação, Literatura, Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras. Os documentos institucionais indicam que os conteúdos desenvolvidos são organizados a partir dos conteúdos programáticos dos vestibulares e dos currículos do Ensino Médio, para que as referências dos planos de ensino elaborados pelos monitores e colaboradores do projeto apresentem temáticas necessárias a formação desses alunos (UNIOESTE, 2026a).

Essa organização permite compreender o cursinho como uma prática extensionista, oferecendo condições concretas de preparação desses estudantes que, em sua maioria, são afetados pelas desigualdades educacionais e socioeconômicas. Ao disponibilizar uma formação gratuita e sistemática para estudantes da rede pública, o projeto amplia as oportunidades de acesso ao Ensino Superior e aproxima esse público da universidade pública antes mesmo de seu ingresso formal.

Contudo, limitar a contribuição do projeto à preparação para vestibulares significaria reduzir o alcance de sua ação extensionista. A proposta do projeto não se restringe ao simples treinamento para exames, mas visa também a formação científica, cultural e social desses jovens. A análise documental desenvolvida nesta pesquisa evidenciou que, em algumas áreas do conhecimento, os planos de ensino elaborados pelo cursinho apresentam maior abrangência temática do que aquela observada nos referenciais curriculares implementados no Ensino Médio após as mudanças decorrentes do Novo Ensino Médio. Na disciplina de Filosofia, por exemplo, identificou-se a permanência de conteúdos e discussões que passaram a ocupar espaço mais restrito na organização curricular da educação básica (Rosa, 2023).

Essa análise permite compreender o projeto como um espaço complementar de acesso ao conhecimento. Ao recuperar e aprofundar conteúdos reorganizados ou reduzidos no currículo escolar, ampliando o repertório intelectual dos estudantes e fortalecendo uma formação que ultrapassa as exigências imediatas dos processos seletivos. Nessa perspectiva, a extensão universitária assume uma função educativa que dialoga com as necessidades concretas da comunidade e amplia o acesso a conhecimentos produzidos no âmbito da universidade.

Outra dimensão relevante refere-se ao processo formativo dos sujeitos envolvidos na execução do projeto, no sentido de que as atividades pedagógicas (aulas e coordenação) são desenvolvidas por acadêmicos de diferentes cursos de licenciatura e bacharelado da UNIOESTE, além da participação de estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), instituição parceira da iniciativa. Esses acadêmicos participam do planejamento das aulas, da elaboração dos planos de ensino e da condução das atividades pedagógicas, constituindo o projeto como espaço de formação para a docência e para a organização do trabalho educativo.

Desse modo, estabelece-se uma dinâmica formativa em duas direções, característica própria da extensão; trata-se dessa “ação de mão dupla” (FORPROEX, 2012, p. 17). Para os estudantes da educação básica, o projeto representa uma oportunidade de preparação acadêmica e de aproximação com a universidade pública, ao mesmo passo que para os acadêmicos extensionistas, constitui um espaço de vivência pedagógica, planejamento coletivo, mediação do conhecimento e atuação junto à comunidade, articulando a formação universitária às demandas concretas da educação pública (UNIOESTE, 2025).

Essa experiência materializa a concepção de extensão universitária defendida pela Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que apresenta a seguinte definição:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

A partir dessa concepção, o FORPROEX estabelece cinco diretrizes para as ações extensionistas: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social (FORPROEX, 2012, p. 16). Es-

sas diretrizes constituem referências para compreender a organização e os objetivos do Projeto Cursinho Pré-Vestibular da UNIOESTE.

A interação dialógica “orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes” (FORPROEX, 2012, p. 16); nesse sentido, manifesta-se na relação estabelecida entre a universidade e os estudantes da educação básica, público prioritário do projeto. Ao oferecer gratuitamente um espaço de formação para estudantes oriundos da rede pública, o Cursinho promove a aproximação entre universidade e comunidade, criando oportunidades de troca de conhecimentos e experiências que respondem a demandas concretas da realidade educacional local. Nessa perspectiva, a extensão deixa de ser compreendida como transmissão unilateral de conhecimentos e passa a constituir um processo de construção compartilhada entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012).

A diretriz da interdisciplinaridade e interprofissionalidade também se evidencia na organização do projeto, uma vez que esse princípio se evidencia pela

Busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende (FORPROEX, 2012, p. 17).

O cursinho reúne acadêmicos de diferentes cursos de graduação, especialmente das licenciaturas, mas também de bacharelados, que atuam de forma articulada na elaboração dos planos de ensino, no planejamento das atividades e no desenvolvimento das aulas. Essa organização favorece o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e possibilita que distintas formações contribuam para uma proposta educativa comum, voltada à preparação e à formação dos estudantes da educação básica (FORPROEX, 2012; UNIOESTE, 2025).

Outra dimensão presente é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio estruturante da política extensionista. O projeto articula conhecimentos produzidos no âmbito da universidade com práticas pedagógicas desenvolvidas junto à comunidade, ao mesmo tempo em que mobiliza resultados da pesquisa para qualificar sua organização didática. A análise documental realizada nesta pesquisa, por exemplo, permitiu identificar elementos da organização curricular do Cursinho que contribuem para compreender sua função educativa para além da preparação para os processos seletivos, evidenciando a articulação entre investigação acadêmica e prática extensionista.

O FORPROEX (2012) também destaca o impacto na formação do estudante universitário como uma finalidade da extensão ao considerar que as atividades extensionistas

Constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira (FORPROEX, 2012, p. 19).

No cursinho, a participação dos acadêmicos constitui um espaço de aprendizagem profissional e cidadã. A experiência extensionista possibilita aos estudantes universitários vivenciar situações concretas de planeja-

mento, docência, trabalho coletivo e diálogo com a comunidade, ampliando sua formação para além dos componentes curriculares formais.

Por fim, a diretriz do impacto e transformação social que atribui a essa relação da Universidade com a sociedade, o objetivo de agir “com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas” (FORPROEX, 2012, p. 20), podendo ser identificada na finalidade do projeto de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior para estudantes historicamente excluídos desse espaço. Ao atuar em uma etapa anterior ao ingresso universitário, oferecendo preparação gratuita, acompanhamento pedagógico e aproximação com a universidade pública, o Cursinho contribui para enfrentar desigualdades educacionais e ampliar o exercício do direito à educação, produzindo efeitos que extrapolam o espaço institucional da universidade (FORPROEX, 2012).

Nesse mesmo sentido, como reafirma a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), cabe salientar: essa transformação não afeta somente a sociedade e os acadêmicos em formação:

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada. O alcance desses objetivos – impacto e transformação da sociedade e da Universidade –, de forma a se lograr o desenvolvimento nacional no sentido que esta Política propugna, é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e, por fim, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão. Com esse escopo, as ações de Extensão Universitária surgem como instrumentos capazes de contra-arrastar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham (FORPROEX, 2012, p. 20).

Essa compreensão dialoga diretamente com os pressupostos de Freire (2017), para quem a educação constitui um processo de problematização da realidade, no qual os sujeitos ampliam sua consciência crítica e sua capacidade de compreender e transformar o mundo:

Por outro lado, o homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um ‘ser-em-situação’, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da ‘praxis’; da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, ‘envolvendo-o’, condiciona sua forma de atuar. Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro (FREIRE, 2017, p. 30).

Sob essa perspectiva, o Cursinho Pré-Vestibular ultrapassa a dimensão instrumental da preparação para os processos seletivos ao favorecer o acesso a conhecimentos historicamente produzidos, ao estimular o pensamento crítico e fortalecer a permanência dos estudantes em um percurso formativo contínuo. O acesso ao ensino superior, portanto, é compreendido não apenas como aprovação em um vestibular, mas como expressão do direito à educação e da ampliação das possibilidades de participação social.

Assim, a análise do Projeto Cursinho Pré-Vestibular evidencia que sua contribuição para a democratização do Ensino Superior se manifesta em diferentes dimensões, diretamente relacionadas às diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária. A oferta gratuita de preparação para estudantes da rede pública fortalece o impacto e a transformação social; a aproximação entre universidade e comunidade concretiza a interação dialógica; a atuação conjunta de acadêmicos de diferentes áreas evidencia a interdisciplinaridade; a participação dos extensionistas na organização das atividades contribui para sua formação acadêmica, profis-

sional e cidadã; e a articulação entre produção de conhecimento, prática pedagógica e intervenção social reafirma o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, a democratização do acesso não se limita ao momento formal do ingresso na universidade, mas envolve a construção de condições educativas que possibilitam a estudantes historicamente excluídos disputar, ocupar e reconhecer a universidade pública como um direito (FORPROEX, 2012; FREIRE, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a contribuição da extensão universitária para a democratização do ensino superior a partir da experiência do Projeto Cursinho Pré-Vestibular da UNIOESTE – *Campus* de Foz do Iguaçu. A análise bibliográfica e documental demonstra que o projeto ultrapassa a finalidade de preparação para os processos seletivos ao constituir ação extensionista comprometida com a aproximação entre universidade e comunidade, ampliando o acesso ao conhecimento e fortalecendo a função social da universidade pública.

Entretanto, conforme Santos Júnior (2013) destaca ainda é preciso superar nas universidades práticas fragmentadas de produção do conhecimento e reconhecer a extensão como dimensão equivalente ao ensino e à pesquisa na formação universitária, buscando uma profissionalização para além de técnica, que oportunize ao acadêmico uma relação de protagonismo na produção de conhecimentos contextualizada e socialmente referenciada (Santos Júnior, 2013, p. 48).

No que tange ao cursinho pré-vestibular da Unioeste, reconhecemos essa ação de extensão universitária como um instrumento legítimo e necessário de resistência e de democratização da educação; contudo, opera nos limites das políticas compensatórias e não substitui os investimentos e melhorias que demanda a educação básica, bem como a expansão de vagas nas universidades públicas. Cabe destacar também a necessidade de financiamento permanente de bolsas e de manutenção dos mecanismos qualitativos de acompanhamento dos egressos, e o fortalecimento de políticas de permanência estudantil para quando esses alunos ingressarem na universidade.

À luz da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), foi possível compreender que o cursinho materializa princípios como a interação dialógica, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o impacto na formação dos estudantes universitários e a transformação social. Assim, conclui-se que iniciativas dessa natureza contribuem para enfrentar, ainda que parcialmente, as desigualdades de acesso ao ensino superior, reafirmando a extensão universitária como estratégia de democratização da educação e de fortalecimento do direito à universidade pública.

NOTAS

1. O presente artigo constitui recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *A extensão universitária e a democratização do ensino superior*, apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Foz do Iguaçu (2023), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Berenice Borssoi Juraszek.

REFERÊNCIAS

APUFSC. Quase 80% das pessoas entre 25 e 34 anos não possuem ensino superior no Brasil, aponta o IBGE. Florianópolis: APUFSC-Sindical, 6 dez. 2024. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2024/12/06/quase-80-de-pessoas-entre-25-anos-e-34-anos-nao-possuem-ensino-superior-no-brasil-aponta-ibge/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CALDERÓN, A. I. et al. **Extensão universitária: institucionalização sem exclusão**. Revista Educação Superior, Piracicaba: EDUNIMEP, v. 53, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPRO-EX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

LEMUS, M. de la L. A. Democratização da educação. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2026.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. RAIZER, Leandro. MEIRELLES, Mauro Meirelles. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 86-96, jan./jun. 2010.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROSA, A. C. C. da. **A extensão universitária e a democratização do ensino superior**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://sisbib.unioeste.br/acervo/880659>. Acesso em: 19 ago. 2026.

SANTOS JÚNIOR, A. L. **A extensão universitária e os entre-laços de saberes**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Educação superior no Brasil é historicamente limitada e necessita de políticas públicas de acesso. **Jornal da USP**, São Paulo, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/formacao-na-educacao-superior-nao-pode-prescindir-de-politica-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). **Edital nº 001/2025 – Abertura de inscrições para seleção de bolsistas de graduação e recém-formados, para atuar no projeto “Cursinho Pré-Vestibular – CPV – da UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu”, vinculado ao novo Termo de Convênio com Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu por meio da Secretaria de Esporte, Lazer, Juventude e Melhor Idade**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2025. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/cursinho-pre-vestibular-campus-foz-do-iguacu/editais>. Acesso em: 26 ago. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). **Edital nº 001/2026 – Publica a abertura de inscrições para o Cursinho Pré-Vestibular – Edição 2026, da UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu e as normas gerais**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2026a. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/cursinho-pre-vestibular-campus-foz-do-iguacu/editais>. Acesso em: 26 ago. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). **Edital nº 004/2026 – Publica a abertura de inscrições para o Cursinho Pré-Vestibular – Edição 2026, aulas no Centro da Juventude (CEJU), e as normas gerais**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2026b. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/cursinho-pre-vestibular-campus-foz-do-iguacu/editais>. Acesso em: 26 ago. 2026.

